

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	JB ONLINE
Data	12/06/2000 Pg. _____
Class.	1913

O 28º presidente da Funai

Antônia Márcia Vale

Em 32 anos de existência da Funai, Glênio da Costa Alvarez é 28º presidente do órgão. Em sua posse, os quatro representantes de índios que falaram pediram a ele que acabe com a "fofoca" na Funai. Eles não querem mais tanta mudança de direção.

Glênio e outros funcionários estão fazendo um grande esforço para mostrar aos índios que o problema não é com os diretores, mas com a equipe econômica, que não libera dinheiro para o órgão. E o problema financeiro não é pequeno. A Funai tem uma dívida de 200 milhões de reais em indenizações de terras desapropriadas mas não pagas. O orçamento deste ano prevê apenas R\$ 4 milhões. Esse problema gera outro que atinge diretamente os índios: sem receber, os donos das terras não saem das reservas e se dá o conflito.

Em uma entrevista exclusiva ao JB Online, Glenio apresentou os possíveis problemas que enfrentará, como a guerra da votação no novo Estatuto do Índio. Enquanto as mudanças estruturais não acontecem o novo presidente da Funai está preparando projetos para atender às situações críticas, como as dos índios Xavante, dos Guarani-Kaiowa (Dourados-MS) e dos Kaiapó (PA).

JB ONLINE

O Senhor está há uma semana na presidência da Funai, já deu para se familiarizar com a situação?

Estiveram aqui em Brasília mais de 300 índios na expectativa da nomeação de um novo presidente da Funai. Todos desejavam falar com o novo presidente, colocar as suas reivindicações, saber como seria o trabalho.

A princípio, nos dedicamos a conversar com essas lideranças. Agora estamos começando a nos reunir com as diretorias e os departamentos, a fim de nos situarmos dentro da instituição. Como eu era administrador no Rio Grande do Sul, a visão que temos é muito mais regional. Precisamos conhecer melhor o funcionamento nacional da Funai para podermos fortalecer as administrações regionais e a demanda ser dividida. Isso evita que todos os problemas sejam levados a Brasília.

JB ONLINE

Os maiores problemas atualmente estão nas áreas de educação, saúde e na questão da invasão de terras indígenas. A Funai tem hoje condições de resolver esses problemas?

A parte de saúde está a cargo da Fundação Nacional de Saúde. Essa semana teremos um contato com eles, a fim de colocar os problemas. A questão da educação também é uma outra área que, pelo decreto de 91, está a cargo do MEC e das secretarias de Educação dos estados. Mas a nossa participação é fundamental nesse processo. Temos professores da Funai que têm uma gama de conhecimentos que podem contribuir em muito nesse processo.

2

IB ONLINE

O senhor está trabalhando em função de um estatuto que está para ser aprovado, mas existem muitas divergências de pensamento entre os próprios índios e políticos com relação ao que vai ser esse estatuto. o que é que a Funai está fazendo de fato hoje?

Acho que com o novo estatuto, a Funai vai ter uma parte de vigilância e vai ser regulamentada. Vamos poder atuar, multando, apreendendo, na questão da madeira e na questão das invasões. Teremos dentro desse novo estatuto uma gama de funções que nos permitirá dar respostas mais rápidas e mais ágeis. Temos um quadro pessoal pequeno para atender todo território nacional. Vamos ter que solicitar uma abertura à parte de administração do governo. Precisamos não só de mais servidores, mas também capacitá-los para que possam atender devidamente à demanda.

IB ONLINE

Parece que a estrutura da Funai está hoje bastante deficiente. De acordo com os dados que obtive, são 22 antropólogos, 21 advogados e apenas 80 indigenistas quando o quadro da instituição é de 180 indigenistas. Seriam necessários, no mínimo, 225 destes profissionais para cuidar de cada uma das nações indígenas. Como está essa situação? A Funai vai abrir concurso, vai precisar reestruturar seu quadro de pessoal?

A última entrada de pessoal na Funai foi em 87, mas o último curso de indigenismo foi em 84 ou 85. Diversos servidores e técnicos indigenistas já se aposentaram ou morreram. Temos uma deficiência muito grande. Sobre a reestruturação da Funai, eu não vou falar em números agora, mas acho que isso vai vir à tona de acordo com as necessidades.

IB ONLINE

O senhor está trabalhando com uma perspectiva de reestruturar a instituição e de vê-la funcionando com um novo estatuto. O senhor pretende ficar bastante tempo no cargo. O que o senhor pensa a respeito dos seus antecessores? Que motivo fez cair tantos presidentes da Funai, e o que é preciso para se manter no cargo?

Acho que se eu chegar à frente da Funai e pensar só no amanhã, o meu trabalho não vai para frente. Temos que

3

pensar a curto, médio e longo prazo. O diálogo constante com as comunidades tem que ser executado. Temos que colocar nossos pontos de vista e ouvi-los também. Essa primeira semana foi uma prévia disso. Não posso dizer hoje quanto tempo vou ficar. Quero me inteirar mais dos fatos aqui dentro. Eu não farei muita coisa diferente dos que estavam. Vou tentar implementar as nossas políticas discutindo com as comunidades e os servidores.

JB ONLINE

Como fica a questão do estatuto? Existe um novo estatuto em discussão? Há cerca de três semanas, deu um verdadeiro quebra pau no Congresso porque alguns índios acham que o estatuto prevê o fim da tutela querem o estatuto como está. Como presidente da Funai, que tipo de estatuto o senhor vai defender?

Temos que ter uma tutela de direitos, certo? Garantir - e acho que está garantido - , nesta proposta do governo, o direito à terra e à educação. Todos os direitos indígenas devem ser garantidos dentro desse estatuto, o que se chama de tutela de direitos, que está garantida na própria constituição. De diversas formas, o estatuto passa pela questão da tutela, passa pela questão da estrutura do órgão. São vários pensamentos. Não dá para aglutinar em um só. A diferença pode produzir bons resultados. Nelson Rodrigues colocou que a unanimidade é burra. Eu não vou querer que a Funai só tenha um pensamento, isso não existe.

JB ONLINE

Como é que o senhor vê a questão das ONG's? Temos o ISA, o CIMI, uma série de ONG's de cunho religioso, protestantes que são muito fortes. A Funai tem como controlar a atuação dessas organizações?

Acho que toda organização que vier contribuir para as comunidades indígenas é bem-vindas e estamos abertos a discutir com essas organizações o seu ponto de vista e até o ponto de vista da Funai. Não pretendemos criar disputas. Queremos que essas ONG's contribuam com a Funai e com os índios. Existem organizações não governamentais que têm excelentes trabalhos em áreas indígenas.

DEBATE

No dia do debate no Congresso, o deputado Aloísio Mercadante falou que o índio, na verdade, era um índio do governo, e o índio Severino da Silva, que é do Conselho de Articulação dos Povos das Organizações Indígenas da Amazônia, o Capóibe, disse que vai expulsar da área dele, do Norte da Amazônia, a população do CIMI, dos padres. Porque eles acham que estão sendo explorados? O senhor tem alguma colocação neste sentido?

Temos que ver o que é essas organizações estão fazendo nas terras indígenas. Como falei anteriormente, ninguém quer ser dono de índio. Às vezes, isso passa por uma disputa: "não, o índio é meu", "a Funai quer ser a dona dos índios". Temos que ver qual o projeto envolvido, não só junto com a organização governamental, mas também com a comunidade indígena. Precisamos ver o que está acontecendo com o projeto para saber por que o índio deu essa resposta. Se estiver acontecendo algum problema, vamos ver como podemos solucioná-los.

Não podemos colocar que somos donos dos índios. O índio do governo, o índio do CIMI, o índio do ISA. O índio é de quem quer que seja. As organizações indígenas estão hoje bem maduras para que coloquemos estas questões com elas e com as ONGs. Não adianta ter um novo estatuto se vamos seguir nessa percepção de todo mundo querer ser dono do índio. É uma coisa maior e complexa. Temos que atuar no sentido de ver o que a comunidade quer, não impondo as coisas de cima para baixo. Perguntar se a atuação das organizações e da Funai condiz com seus anseios. Temos que parar, pensar e ver o que estamos fazendo. Queremos beneficiar as comunidades sem colocar de quem é o índio. Isso tem que acabar. Não só a Fundação Nacional do Índio como a comunidade que está lá na terra indígena, que está longe da gente.

Isso não é uma questão de autonomia. Existem hoje diversos índios, de várias etnias ocupando órgãos públicos, não só na Funai como cargos públicos, como vereadores, prefeitos, vice-prefeitos.

Há determinadas etnias que têm capacidades específicas. Não podemos pensar que o índio é incapaz. Eles têm respostas a dar para a gente e têm capacidade de tocar projetos. Hoje mesmo, em diversas áreas na própria Amazônia. Acho que a Capóibes está tocando um projeto junto com a Fundação Nacional de Saúde. Temos experiências muito boas em nível nacional onde há os índios tocando projetos com excelente desempenho.

JB ONLINE

O projeto do deputado Luciano Pizzato prevê que, em relação aos brancos, os índios devem seguir a lei dos brancos e, em relações indígenas, entre índios, eles devem seguir suas próprias normas. O senhor é a favor dessa separação?

A constituição já assegura aos índios o seu modo de viver. Temos que verificar caso a caso, como conduzir essa questão de passar tudo para a justiça federal. Acho que todas as questões com os índios devem ser tratadas pela justiça federal para tirar de um nível local.

JB ONLINE

Que tipo de solução é possível dar para problemas de índios como os Guarani Caoás, de Mato Grosso, que estão cercados pela comunidade branca e estão se suicidando? É possível aumentar o tamanho das reservas?

O nosso pensamento é que, tanto para os Xavantes como para essas comunidades, temos que apresentar e discutir projetos especiais, os quais contemplem os seus anseios. Isso tudo tem que ser estudado pela nossa área de assuntos fundiários e pelos nossos antropólogos.

JB ONLINE

Como é que fica a questão da pendência de cerca de R\$ 200 milhões em dívidas da Funai de áreas que foram desapropriadas nos últimos quinze anos?

O problema é que as áreas nunca foram desocupadas efetivamente. Há um anseio das comunidades de áreas demarcadas e que estão sendo ocupadas por não índios. Sensibilizado, o ministério da Justiça já encaminhou um pedido de suplementação para que esse ano possamos atender uma parte desse problema.

É o nosso anseio colocar em prática esses projetos especiais, durante o ano 2000. Claro que é um projeto a longo prazo e vai levar alguns anos para tentarmos debelar alguns problemas que essas comunidades têm. Mas nosso objetivo é iniciá-los. Claro que é muito fácil implantar um projeto. O difícil dar continuidade.

6

JB ONLINE

Os índios reclamam que muitos laboratórios utilizam os princípios ativos que eles utilizam há milhares de anos e os patenteiam, ficando os índios sem direito ao seu patrimônio. A Funai pretende tomar alguma providência com relação aos direitos sobre a biodiversidade ?

Dentro do novo estatuto há garantias de uma gama de direitos que as comunidades vão ter, como o direito autoral, direito de imagem. Acho isso importantíssimo.

JB ONLINE

O senhor pretende, então, permanecer durante bastante tempo como presidente da Funai ?

Não sei, o que eu posso dizer nesse momento é que vou me empenhar o máximo possível para tentar implementar esse projeto não só das comunidades, como da própria casa, da própria Funai.